



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB)

CENTRO DE EDUCAÇÃO (CEDUC)

CURSO DE GEOGRAFIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANDERSON WAGNER ALMEIDA MAIA

**A GEOGRAFIA ESCOLAR E A CIDADANIA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE
MERCADO E DO CONSUMO: Desafios a formação docente.**

CAMPINA GRANDE – PB

2012

ANDERSON WAGNER ALMEIDA MAIA

**A GEOGRAFIA ESCOLAR E A CIDADANIA CONTEXTO DA SOCIEDADE DE
MERCADO E DO CONSUMO: Desafios a formação docente.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação de Licenciatura plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Daniel Campos Martins

CAMPINA GRANDE – PB

2012

M217g Maia, Anderson Wagner Almeida.

A geografia escolar e a cidadania no contexto da sociedade de mercado e do consumo [manuscrito]: a formação docente/
Anderson Wagner Almeida Maia. – 2012.

34 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)
– Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

“Orientação: Prof. Me. Daniel Campos Martins,
Departamento de Geografia”.

1. Ensino da Geografia. 2. Geografia Escolar. 3. Cidadania .
I. Título.

21. ed. CDD 372.891

ANDERSON WAGNER ALMEIDA MAIA

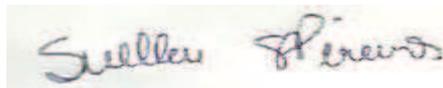
**A GEOGRAFIA ESCOLAR E A CIDADANIA CONTEXTO DA SOCIEDADE DE
MERCADO E DO CONSUMO: Desafios a formação docente.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação de Licenciatura plena
em Geografia da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Licenciado em Geografia.



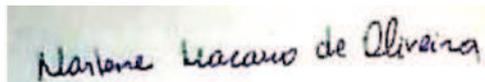
Profº. Esp. DANIEL CAMPOS MARTINS / UEPB

Orientador



Profª Ms. SUELLEN SILVA PEREIRA / UFCG

Examinadora



Profª. Ms. MARLENE MACÁRIO DE OLIVEIRA / UEPB

Examinadora

RESUMO

MAIA, Anderson Wagner Almeida. **A GEOGRAFIA ESCOLAR E A CIDADANIA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE MERCADO E DO CONSUMO: Desafios à formação docente.** 2012. Artigo do Curso de Licenciatura Plena em Geografia – UEPB, Campina Grande, Paraíba.

Este artigo buscou discutir a importância da cidadania na Geografia escolar a partir das dicotomias sociedade-natureza estabelecida pelo atual modelo econômico, que modela o papel do cidadão a figura do consumidor, legitimando uma sociedade de mercado e não humanista e solidária. Para tanto o presente estudo evidencia a necessidade de discussões sobre métodos na Geografia Escolar que contribuem no processo de construção da cidadania. De caráter qualitativo a pesquisa objetivou com o método do materialismo histórico dialético e fortalecido por uma revisão bibliográfica de teóricos que aborda este tema como Santos (1987) (2000), Cavalcanti (1998)(2008), Castrogiovanni (2000), trazer questões de como a Geografia escolar vai contribuir neste processo de construção da cidadania, rechaçando assim os métodos tradicionalistas que permeiam o ensino desta disciplina.

Palavras-chave: Geografia Escolar, cidadania ativa, educação, categorias geográficas.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the importance of citizenship education in Geography from the nature-society dichotomy established by the current economic model, which models the role of the citizen consumer figure, legitimizing a market society and not humanist and solidarity. Therefore the present study highlights the need for discussions on methods that contribute School Geography in the process of building citizenship. Qualitative research aimed to the method of historical materialism and dialectical strengthened by a literature review of theoretical approaches this topic as Santos (1987) (2000), Cavalcanti (1998) (2008), Castrogiovanni (2000), bring issues Geography as a school will contribute to this process of building citizenship, thus rejecting the methods traditionalists that permeate the teaching of this discipline.

1. INTRODUÇÃO

Com o processo de industrialização e urbanização acelerada no Brasil a vida nas cidades virou um campo de desigualdades, novos problemas sociais e ambientais surgiram e outros aumentaram, a figura do cidadão foi sendo esquecida, a sociedade anestesiada com a política neoliberal de consumo fácil, se tornou mais individualista, passando a não perceber os acontecimentos políticos sociais e econômicos que acontecia e acontece em sua volta sem estabelecer as relações necessárias. O fácil poder de sedução do modelo econômico capitalista que atua nas mentes dos sujeitos, impôs uma necessidade de consumo, com isso as camadas menos abastadas passaram a idealizar formas de suprir tal necessidade, esquecendo assim o exercício pleno da cidadania. No que tange o aspecto educacional brasileiro do período atual, este passou a priorizar o aluno com foco no aspecto econômico, deixando de pautar o para a participação na sociedade confirmando o sentido da cidadania. Contudo se estabelece uma relação direta com o preparo da mão de obra para o mercado de trabalho, optando por um sujeito tecnicista e não crítico. Assim a prática da cidadania foi sendo menos exercida, e a sociedade totalmente acomodada não percebe estes acontecimentos.

Todo este processo tornou a realidade brasileira bastante desigual. No tocante o aspecto social, a cidadania clássica que se vivencia nos dias atuais, não resolveu as profundas desigualdades sociais e a emancipação política da população. Sob a luz do método materialismo histórico dialético analisa-se que as práticas capitalistas estão mais segregativas, o poder de alienação do capital está cada dia mais voraz. Outra realidade pessimista é da inserção de novas técnicas dentro do território, excluindo aqueles que não possuem meios de domina-las. Santos (1987) retrata que um modelo cívico ideal é composto de dois componentes essenciais: a cultura e o território, assim sendo, as grandes empresas transnacionais se apoderam do território impondo uma relação de poder totalmente econômica e ditatória, alterando ou extinguindo os aspectos culturais de quem nele vive.

O modelo neoliberal ao estabelecer as normas do território passa a beneficiar-se dos recursos estatais, as cidades são construídas em face das perspectivas das empresas quando deveria ser o contrario, a cidades deveriam ser construídas e planejadas considerando a ótica do cidadão.

Os direitos do cidadão estão a cada dia sendo menosprezados, por anos houve uma luta pelos direitos dos indivíduos e sua ampliação, mas com a presente globalização esses direitos são enfraquecidos e muito deles até perdidos. Tudo isto se passa de maneira natural aos olhos das massas. Essa falta de conhecimento ameaça e reduz a figura do cidadão pleno

impossibilitando a prática de uma cidadania ativa. A cidadania é um aprendizado para toda a vida, sendo preservada por todas as gerações, o saber é um princípio básico para se praticar a cidadania.

Por tanto fica bem evidenciado que na sociedade contemporânea o saber virou poder, essa é a razão instrumental. A busca por mecanismos para que busquem e melhorem a percepção de mundo e sua fácil compreensão pelo sujeito deve ser uma constante.

Com isso esse presente estudo tem como principal objetivo evidenciar a importância da Geografia como mecanismo para o real exercício da cidadania, através de suas categorias, Espaço, Lugar, Região, Paisagem e Território e suas contextualizações com o cotidiano do corpo discente, esta disciplina irá atuar no processo de desalienação e real compreensão do mundo, qualificando o aluno para ser um sujeito crítico e consciente, questionando sempre as diferenças sociais e buscando soluções para tais. O estudo também irá possibilitar novas discussões e perspectivas para a prática docente da disciplina geográfica. O texto apresenta-se em partes que convergem, a saber: Introdução, teorização sobre o pensamento geográfico, histórico da cidadania, o papel da Geografia escolar, importância do ensino de Geografia na construção da cidadania ativa, experiência realizada em sala de aula e considerações finais.

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA E OS MÉTODOS DE ABORDAGEM DE SEUS CONTEÚDOS

A Geografia nasceu a três mil anos na china de forma totalmente empírica através de cartas e descrições, passando pelos gregos, chegando a Ptolomeu na Alexandria onde o mesmo elaborou o primeiro planisfério ainda sem a presença das Américas, até então não descobertas. Só no século XIV com as grandes descobertas marítimas é que o conhecimento geográfico ganhou profundidade. No fim do século XVIII a Geografia constitui-se como ciência, após essa constituição surgem varias correntes do pensamento geográfico, com destaque para algumas como bem relata Pontuschka, Paganelli, Cacete (2009).

Determinismo ambiental criada pelo alemão Friedrich Ratzel no século XIX que fala das influências que as condições naturais exerceriam sobre o ser humano, sustentando a tese de que o meio natural determinaria o homem. Nesse sentido, os homens procurariam organizar o espaço para garantir a manutenção da vida.

Possibilismo Geográfico teve origem na França, com Paul Vidal de la Blache. Difundia no pensamento político dominante, num momento em que a França tornou-se uma grande soberania, ele realizou estudos regionais procurando provar que a natureza exercia influências sobre o homem, mas que homem tinha possibilidades de modificar e de melhorar o meio, dando origem ao possibilismo. A natureza passou a ser considerada fornecedora de possibilidades e o homem o principal agente geográfico.

Geografia Crítica ou Geografia Marxista A expressão Geografia Crítica foi criada na obra "A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", de Yves Lacoste. Essa corrente de pensamento geográfico surgiu na França, em 1970, e depois na Alemanha, Brasil, Itália, Espanha, Suíça, México e outros países. Ganhou mais força na Alemanha, Espanha, França e Brasil, com um grande movimento de renovação da geografia na década de 80. No Brasil, o grande nome da Geografia Crítica foi Milton Santos, que publicou os primeiros trabalhos da nova escola nesse país.

A Geografia crítica estabelece o rompimento da neutralidade no estudo da Geografia e propõe engajamento e criticidade junto a toda a conjuntura social, econômica e política do mundo. Estabelece também uma leitura crítica frente aos problemas e interesses que envolvem as relações de poder e pró-atividade frente as causas sociais, defendendo a diminuição das disparidades socioeconômicas e diferenças regionais. Defendia ainda a mudança do ensino da geografia nas escolas, ao estabelecer uma educação que estimulasse a inteligência e o espírito crítico.

O pensamento crítico na geografia significou, principalmente, uma aproximação com os movimentos sociais, principalmente na busca da ampliação dos direitos civis e sociais, como o acesso a educação de boa qualidade, a moradia, pelo acesso à terra, o combate à pobreza, entre outras temáticas.

3. A GEOGRAFIA ESCOLAR: Para a construção da cidadania.

3.1 Conceituando cidadania e cidadão no contexto atual

A cidadania é caracterizadamente um conceito associado à vida em sociedade. Sua origem vem da Grécia antiga e suas polis, durante os séculos VIII e VII a.C. A partir de então, ganhou notoriedade aos estudos que enfocam a política e as relações sociais de seu exercício, ganhando destaque no Iluminismo e na contemporaneidade. Por outro lado, as mudanças nas estruturas socioeconômicas, refletiram, igualmente, na evolução do conceito e da prática da cidadania, adequando-se de acordo com as necessidades do modelo econômico de cada período.

Levando em consideração a realidade ocidental, como aborda Santos (1987) tudo iniciou com a aquisição da qualidade de cidadão, como membro de um Estado-Nação, ocorrido na Europa na no século XVII: Em seguida, veio no século XIX à conquista de direitos coletivos, como o direito das classes trabalhadoras formarem associação. Em terceiro lugar, vieram os direitos sociais conquistados já no século XX, tendo como exemplo o sistema de bem-estar social, garantia ao indivíduo um padrão de vida decente, uma proteção mínima contra a pobreza, direito a saúde de qualidade, uma previdência digna, ao nascer o sujeito já deve ser concebido desses direitos e ainda ter uma participação na herança social. Dessa forma, o significado de cidadão para os sujeitos e para a sociedade não foi produzido de modo abrupto e nem linear, mas foram idas e vindas, lentamente formadas por meio da história, das relações sociais e se dão como conquistas, como etapas a serem vencidas.

Traçando uma análise singular da realidade do cidadão no Brasil. Dentro do estado brasileiro o cidadão é todo aquele que possui CPF (cadastro de pessoa física), alistamento eleitoral possuindo assim título de eleitor e imputabilidade, ou seja, responde penal e civilmente pelos seus atos. Percebamos que nessa análise a educação não está associada à condição do cidadão, para a federação brasileira uma pessoa que não passou por um processo educativo institucional, sendo ela analfabeta ou não, que possui esses três itens citados anteriormente é considerado “cidadão”, mas será que o mesmo é capaz de exercer a cidadania? Ao passo que o estado reconhece um cidadão pelo CPF, título eleitoral e imputabilidade, na Constituição Federal Brasileira de 1988 reza em no seu artigo 205:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Constata-se no artigo 205 que a educação é condição fundamental para o exercício da cidadania, mas como um analfabeto pode está preparado para praticar a cidadania? Este pode ser o ponto chave desta discussão, pois bem Santos (1987) lança uma pergunta de difícil resposta, há cidadãos neste país?

Uma resposta pode-se dá a esta pergunta, que sem o processo de educação é impossível ser cidadão e praticar a cidadania, a educação é parte inerente para a constituição do sujeito participativo. Na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Em seu artigo 22 afirma que:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A educação básica em toda sua plenitude como todas suas disciplinas são de fundamental importância para a formação do cidadão. Mas é com Geografia que o sujeito a partir das relações que desenvolve no cotidiano ganha uma melhor compreensão do mundo. A Cidadania é um aprendizado, a mesma precisa ser sempre reclamada quando sua prática estiver ameaçada, como bem retrata Santos (1997).

Ser cidadão, perdoem-me os que cultuam o direito, é ser como o estado, é ser um individuo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado. O individuo completo é aquele em que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos. (SANTOS,1997, p.133.)

Essa capacidade de entender o mundo se torna cada dia mais difícil, a capacidade de manipular o sujeito é apresentada na forma de propagandas, os meios de informações aparecem como articulador do processo de alienação, as grandes corporações transnacionais detêm e são protagonistas desses meios de comunicações, as informações são passadas com distorções,

isto faz com que alienação aumente, assim a mente da maioria da população se volta para o consumo, bem como os atores hegemônicos determinam. Segundo Santos (2011. p, 39)

O que é transmitido à humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível.

No caso do Brasil as novelas cumprem esse papel, de alienar, a mesma atua mascarando os eventos, mostrando uma nova forma de vida, baseada na competitividade de mercado e na negação da solidariedade, voltada apenas para o mercado e consumo. No que concerne esta discussão Santos (2012. p, 48) afirma

(...) o consumo instala sua fé por meio de objetos, aqueles que em nosso cotidiano nos cercam na rua, no lugar de trabalho, no lar e na escola, quer pela sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los. Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é verdadeiro ópio, cujo templos modernos são os shopping centers e os supermercados, aliás construídos a feições das catedrais. O poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienados. Daí a sua força e seu papel perversamente motor na sociedade atual.

A lógica do consumismo torna a sociedade um centro para competitividade, na ânsia de consumir o sujeito nega a coletividade, o seu lugar e território. As ideologias de vidas são traçadas a partir do sonho de consumo, a criança tem seus sonhos estabelecidos na obtenção de um certo brinquedo, para o adulto o sonho de comprar um carro zero é uma prerrogativa de vida, e assim o consumo adentra no cotidiano, manipulando sujeitos, tornando-o refém do mercado. Ainda sobre este contexto Santos (2011. p, 49)

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismo (...) Por isso o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia. (...) Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.

Essa tem sido a lógica marcante do Brasil inverter a figura do cidadão para a figura do consumidor, então é papel da educação básica esclarecer tais fatos, mas é com a Geografia que o sujeito enquanto aluno vai perceber os motivos que levam as massas para esse estilo de vida, é nesta disciplina que os dogmas econômicos de mercado são quebrados, a partir de análise em escala local partindo para o global.

3.2 O papel da Geografia Escolar

Diante da abrangência dos conteúdos abordados pela Geografia em sala de aula, sendo uma disciplina que discute “de tudo um pouco”, surge a muitos alunos uma indagação: afinal, qual o objetivo de se estudar Geografia? Será que os multi enfoques trabalhados por ela em sala de aula não a faz uma disciplina que convém apenas para depositar conteúdos gerais, ou seja, deixar o aluno bem informado ou até mesmo decorar conteúdos?

Pode-se então afirmar que a falta de interesse por esta disciplina, fato este recorrente, estaria nos métodos usados pelos docentes e na falta de meios mais eficazes de atingir o programa proposto? Estas arguições não passam na verdade de provocações, se bem que, grande parte dos alunos tomam estas para si. É verdade também, o desinteresse que se tem pelas aulas de Geografia.

A não valorização do cotidiano dos alunos tem sido frequente nas práticas docentes, isto tem distanciado a compreensão do objetivo desta disciplina por parte dos discente. As experiências do espaço vivido como parte da rotina no ensino, e a geografia fomenta a construção do conhecimento para apticipação. Essa valorização do espaço vivido dos alunos é abordado por Cavalcanti (1998. p, 148)

Levar em conta o mundo vivido dos alunos implica apreender seus conhecimentos prévios e sua experiência em relação ao assunto estudado, o que pode vir junto com outras ações, como, por exemplo, as atividades de observação.

É papel da Geografia escolar tomar como base as experiências vividas pelos alunos, sem despreza-las nem menospreza-las, são elas que se juntaram aos aspectos científicos da geografia e construirão as bases para uma real percepção do mundo e do exercício pleno da cidadania ativa. Nenhum docente comprometido com o ensino geográfico pode renegar a extrema importância do seu conhecimento para o período atual. “[...] nesta fase da história se está afirmando o caráter geográfico da sociedade”. Assim, “o homem atinge enfim um conhecimento analítico e sintético de toda a Natureza e adquire a capacidade de uma utilização geral e global das que o cercam”. Santos (1988, p. 29).

Ainda de acordo com Santos 1988, chega a ser contraditório, mas, à medida que se estabelece em nossa realidade uma espécie de crise do ensino geográfico, urge a necessidade de apreendê-lo, pois o mundo globalizado exige uma sociedade capaz de corresponder ao nível de conhecimento que se é difundido, ao contrário, corre-se o risco de ficar a margem desse processo. Ficar a margem, porém, não tem o mesmo significado de ser excluído, ao

contrário, significa incluir-se, só que de maneira mais perversa, já que a globalização não alforria, apenas, encontra outras funções para o indivíduo.

Dessa forma, o ensino de Geografia apresenta-se como a base ao entendimento do mundo e de sua dinamicidade, bem como, suas contradições. A aprendizagem geográfica na atualidade se constitui na percepção de um mundo interligado. Para Cavalcanti (2008, p.46)

A geografia é um campo do conhecimento científico que desde sempre se constituiu com base na multidimensionalidade, já que buscou compreender as relações que se estabelecem entre o homem e o mundo natural, e com essas relações, ao longo da história, vêm constituindo diferentes espaços.

Encontra-se, portanto, as razões pelas quais levam a Geografia a pluralidade de enfoques. Pois, a Geografia ao estudar o espaço, objeto de estudo desta ciência, se depara com toda a dinâmica que há nele. De acordo com a autora (op. cit., p.42).

O espaço como objeto da análise geográfica na é aquele de experiência empírica, não é um objeto espacial em si mesmo, mas sim uma abstração, uma construção teórica; o espaço geográfico é concebido e construído intelectualmente como um produto social e histórico que se constitui em ferramenta de análise da realidade em sua dimensão material e em sua representação.

Assim, a Geografia escolar não pode ser vista como um depósito de conteúdos e muito menos afirmar que ela não possui significados, sobretudo, a vida do aluno, ela, pois tem muita importância no processo de formação da criticidade do aluno. O problema maior são as tergiversações que rondam a prática docente na disciplina de geografia. No presente momento os conflitos que permeiam a mente dos discentes, são retrato das visões distorcidas que os meios de informações trazem, ao invés de informar, elas mascaram os eventos com propósitos ideológicos capitalistas.

Santos (1988) aborda que não se pode tomar, porém, esta questão como sendo exclusividade da escala local aqui mencionada à ação de organismos que detém o poder em outras escalas também age para impor suas formas de organizações. A mídia principal difusora da informação e do conhecimento funciona como principal canal de difusão das distorções socioespaciais, e, portanto, influenciado o imaginário da sociedade estando a serviço dos interesses dos organismos perversos.

Dessa forma, a Geografia enquanto disciplina escolar, assume um papel muito mais exigente do que se tem pensado ou imaginado, alguns estudiosos da área afirmam que a

mesma irá permitir uma análise dos seus conceitos bases, o que Cavalcanti (2010), retrata é que a partir do ensino de Geografia o sujeito vai entender as relações de poder e dominação calcadas no espaço, contribuindo assim na sua formação consciente para o seu papel como cidadãos e o exercícios de uma cidadania.

3.3 Teorias, Práticas e Metodologias de Ensino: indicativos para uma Geografia construtora da cidadania participativa.

O professor e ou estudante de geografia antes de tudo é um pesquisador, e como tal ele precisa investigar os métodos de elaboração do conhecimento para conhecimento e mediá-lo junto dos seus alunos na construção do saber local-global. Segundo Passini (2007, p. 41) “o professor profissional precisa ter a habilidade de ler, compreender e analisar, para incorporar as teorias e metodologias na sua auto-formação continuada.” Definindo essa perspectiva o professor, e esse em especial o de geografia, utilizará desde o livro didático, aos saberes dos aluno ao conhecimento da cidade para incorporar aos seus recursos metodológicos e instigar o aluno na elaboração estratégias para um fazer-pensar reflexivo, no espaço na cidade.

A leitura e a compreensão textual ainda são as melhores ferramentas para a construção de conhecimentos, portanto todo professor pesquisador e estudante de geografia devem utilizar estes valorosos métodos, fomentando aos seus alunos pesquisar vários autores em decorrência de uma temática, visando à prática da leitura, interpretação textual e a descoberta de novas palavras, e a posteriore o instigar as leituras de mundo.

A escola é um ambiente propicio para a construção de conhecimento, porém, este ambiente por si só não promoverá esta construção, é nesta perspectiva que alunos e professores devem se unir promovendo respeito mútuo, favorecendo a prática do ensino-aprendizagem em outros ambientes além do escolar. A esse respeito Passini (2009) diz que:

Precisamos, urgentemente, criar um ambiente de construção coletiva de conhecimento, com respeito pelo outro, com respeito pela opinião do outro. Alunos e professores devem Admir que pessoas têm pontos de vista diferentes e, principalmente, entender que, sem ouvir o outro, ficaremos fechados em nós mesmos e a construção social do conhecimento nunca ocorrerá. (PASSINI, 2007, p. 67).

O papel do professor é o de mediador de conhecimentos, fomentador e propiciador da construção de conhecimento. Se este profissional souber promover o processo do ensino-aprendizagem incitando seus alunos à pesquisa-desafio, o mesmo renderá bons frutos, caso contrário poderá desestimular ou evadir seus alunos. É importante que na construção de

conhecimento dos alunos, o professor aproveite o contexto de vida dos mesmos, fazendo uma ponte entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico, pois através das vivências e experiências dos alunos os conteúdos ministrados poderão ser melhor entendidos pelos mesmos. Afirma Passini (2007)

Os alunos podem passar do conhecimento empírico para o científico, dando novo significado ao seu cotidiano ao sistematizar os dados levantados no espaço de sua vivência. O momento de ressignificação é impar e podemos dizer que essa construção estrutura novos desafios e descobertas. Podemos ousar dizer que o olhar sobre o objeto, inicialmente ingênuo e curioso, transforma-se no olhar observador e analítico de um pesquisador.” (PASSINI, 2007, p. 73/74).

A escola é uma produção humana, o ensinar aprender também, no entanto, este antecede a escola. No princípio, o homem observou e decifrou situações que se colocavam diante dele, como enigmas que precisavam ser decifrados para tornar possível sua sobrevivência. Por tanto, as relações do ensinar – aprender foram vitais para evolução da espécie humana. As relações do ensinar-aprender ocorrem em qualquer lugar, mas é na escola que encontra sua razão de ser, ou seja, é na escola que se dá sua organização, quando se estabelece estruturas na ordenação e produção de conhecimentos.

Com os conhecimentos elencados acima, olhar para o passado é imprescindível para perceber que a escola precisa ser vista de outra forma, porque com as complexidades que atingiram as relações sociais, necessitamos de uma escola que perceba e atue sobre os temas mais relevantes que interferem no contexto social. Agindo com eficiência e sendo instrumento de conscientização social. Nesse sentido as autoras concordaram numa escola que atue para a construção de uma sociedade consciente e atuante sobre sua realidade.

De modo geral, a escola é vista pela população como um local que a ensine algo que possibilite sua inserção no mercado de trabalho. A busca por uma aprendizagem como forma de aumentar as possibilidades de realizações profissionais e pessoais, deixando com isso, percebermos o individualismo, preocupando-se com suas próprias necessidades e aspirações, relegando em segundo plano as necessidades coletivas.

Essa forma de agir e pensar se volta contra a própria sociedade. Haja vista que essa concepção facilita no processo de controle por parte da classe dominante dos meios de produção e do capital. Pois como afirma Kimura (2008, p. 71) “A negação do conhecimento é um ato político.” Esta “negação” por parte da população, a nosso ver, se dá através de uma ideologia pregada no seio da sociedade por aqueles que controlam os rumos da vida social,

segregando a sociedade em classes, fazendo com que a população veja a escola de maneira desfocada, desacreditada, não enxergando sua verdadeira função social ou gerando um estado de acomodações com que a população não consiga exercer de maneira plena sua cidadania.

Visualiza-se na discussão em torno dos componentes materiais a serem ensinados na escola, como estes são organizados e ministrados no dia-a-dia escolar. Percebe-se que não é o que deve ser ensinado, mas como ensinar, acredita-se que, cabe ao professor ministrar os conteúdos em suas aulas de maneira a fazer com que os alunos se sintam parte importante da sociedade e que esta e o meio ambiente em que estão inseridos, dependem do modo como ele interage, que suas ações como sujeito transformador, podem contribuir para o equilíbrio nas relações sociedade/natureza ou para um futuro inserto.

Em relação aos conteúdos, é muito importante sua análise no tocante a seu valor histórico e que todas tem seu valor significativo, tanto do ponto de vista de cada ciência, como do ponto de vista social. Entretanto, seja qual for a origem de um conteúdo, sua relevância, seu contexto histórico ou atual, senão for trabalhado sob uma metodologia que privilegie o questionamento e a reflexão, não importa os recursos didáticos modernos utilizados nas aulas, estes não cumprirão sua finalidade de maneira satisfatória na formação do educando.

Existem alguns questionamentos que são inerentes a todas as disciplinas incluídas no processo de ensino – aprendizagem, logo intrínseco aos mesmos surge a necessidade de se saber o que ensinar? E como ensinar? E de modo mais específico como aponta Almeida (1990/92, p.83) “os eixos que devem nortear a prática do ensino referem-se a duas questões básicas: o que ensinar em geografia? E como ensinar geografia?”.

Mostra-se evidente o que se deve ensinar em geografia, porém, devido à evolução dos estudos desta Ciência e dos novos recursos metodológicos voltados para o processo de ensino – aprendizagem, torna-se necessário a produção de uma nova reformulação estrutural voltada para a era da informação, pois os estudantes na atualidade têm o acesso direto aos conteúdos escolares em apenas um *click*. A tarefa dos educadores é apropriar-se destas informações instantâneas e moldá-las de forma que venham a favorecer em sala de aula, ou seja, estabelecendo parcerias dos novos recursos e novas formas de abordagens para o trabalho dos conteúdos, como bem sinaliza Almeida (1990)

A falta de clareza quanto a esta questão deve-se ao fato de que nas últimas décadas a ciência geográfica evoluiu muito no que se refere à abordagem teórico metodológica de seu objeto de estudo. E os professores atuantes nas redes de ensino não acompanharam essa evolução, permanecendo presos aos conteúdos dos antigos planos e aos livros didáticos. [...] a discussão sobre conteúdo e método de ensino não pode dissociar-se da reflexão mais

profunda sobre teoria e prática; "o conteúdo a ser abordado não se desvincula do método, que lhe dá sustentação", portanto, quando se questiona *O que ensinar em geografia* questiona-se também *como ensinar geografia*. (ALMEIDA, 1990/92, p. 84).

A geografia, não diferentemente das demais disciplinas escolares, possui suas especificidades, ou seja, seus ramos do conhecimento por assim dizer. A geografia, até os dias atuais, é uma ciência bipolar tendo seus principais tentáculos voltados para uma análise física ou humana. É aparentemente perceptível tal dicotomia quando aborda-se determinados conteúdos nos ensinos fundamental e médio, como se o meio ambiente e a sociedade não tivessem a mínima relação e vice – versa.

Sabe-se que as ciências passam por mudanças ao longo do tempo, pois as sociedades ou grupos sociais estão sempre em processo constante de transformação e (re) construção. Assim sendo, o espaço e o tempo adquirem novas leituras, interpretações e dimensões de abordagem/estudo. Fato este que corrobora para o surgimento e uso de diferentes técnicas e métodos, que, por conseguinte auxiliarão para o levantamento e análise de dados e conteúdos respectivamente. A este respeito Venturi (2005) ressalta que:

(...) o uso das técnicas possibilita obter dados sobre a realidade que embasarão os caminhos percorridos pelo método. Se o método, que dispõe de fundamentação teórica, auxilia o sujeito na organização de seu raciocínio, as técnicas, por sua vez, auxiliam – no na organização das informações que o subsidiarão. Se teoria e método são processo desenvolvidos no plano do *pensar*, a técnica desenvolve – se no plano do *fazer*. (VENTURI, 2005, p. 13).

Independentemente do tipo de método e do tipo da técnica utilizados no processo de apreensão de dados com a finalidade da aquisição de um conhecimento até então não adquirido, afirma Castrogiovanni (2000) que o importante é

(...) os professores criem condições de trabalho que favoreçam as diferentes estratégias cognitivas e ritmos de aprendizagem, para que o aluno aprenda de forma ativa, participativa, evoluindo dos conceitos prévios aos raciocínios mais complexos e assumindo uma postura ética, de comprometimento coletivo. (CASTROGIOVANNI, 2000, p. 8).

É notória ainda a falta de aproximação da escola e dos conteúdos (em especial os geográficos) com a vida cotidiana dos estudantes. As instituições de ensino não se mostram atrativas frente às modernidades do mundo contemporâneo. Os estudantes, de forma generalizada, estão condicionados a perceber a escola como *locus* de cobranças e cheio de

regras, porém não conseguem enxergá-la como um ambiente propício a um aprendizado significativo, que servirá para suas vidas. No caso da geografia como afirma Brabant (1989).

(...) a geografia na escola elimina, na sua forma constitutiva, toda a preocupação de explicação. A primeira preocupação é descrever em lugar de explicar, inventariar e classificar em lugar de analisar e de interpretar. Esta característica é reforçada pelo enciclopedismo e avança no sentido de uma despolitização total. (BRABANT 1989, p. 18/19)

Por tanto o período vigente necessita de uma Geografia escolar baseada no criticismo e não de uma Geografia tradicional meramente descritiva, ela precisa ser evidenciada e focada no estudo meio onde os alunos possam interpretar a sociedade e suas relações com o espaço, galgada nesses propósitos a Geografia se torna um ferramenta no combate as discrepâncias sociais.

Através desses pressupostos fica mais que evidenciado a importância do ensino de Geografia na construção de uma cidadania ativa, em um momento onde o sistema técnico-científico-informacional imposto pelo capitalismo, age de forma quase que homogeneia no que tange a mutilação do cidadão, a Geografia surge como esperança para essa ruptura.

A globalização voraz traz consigo vários exemplos de fatos que o sujeito é destronado da patente de cidadão para ser um sujeito marginalizado perante o sistema, o simples ato de não possuir domínio sobre as técnicas que são impostas pelo modelo globalizado, já trás consigo uma problemática de exclusão, muitos não tem a mínima capacidade de operar um caixa eletrônico, muitos não sabem que tem direito a uma moradia digna, esta falta de compreensão e o não domínio das técnicas, mutilam o cidadão.

Em troca o sistema oferece a opção do consumo, como outrora já foi discutido, no Brasil esse fato se mostra ainda mais acentuado segundo Santos (1987, p. 35).

Em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos com a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares do indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca ascensão sócia. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário.

Tomando por base as formulações de Milton Santos (1987), o sujeito atual além de estar anestesiado pelo consumo, ele não sabe que o mesmo tem direitos plenos, e que isto é constituído dentro de uma cidadania ativa, como o direito a cidade e seu usufruto. A cidade é constituída por habitantes, bens e serviços, ter uma vida digna dentro da cidade é prerrogativa de todos, moradia, saúde, educação, segurança, são a base, mas lazer, direito a produzir cultura construir suas identidades, também fazem parte de uma cidadania ativa.

O sujeito precisa libertar dos dogmas impostos e pensar no que se passa ao seu redor, mas como obter essa compreensão do mundo? Os meios hegemônicos trabalham no sentido da alienação, na castração do sujeito crítico, ou seja, de um cidadão pleno. Neste sentido a Geografia surge como um mecanismo para esta percepção do mundo, como aborda a autora Cavalcanti (2010, p. 81)

O ensino de Geografia contribui para a formação da cidadania por meio da prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidade, valores, que ampliam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas.

Embora no discurso da grande maioria dos professores de Geografia exista o consenso quanto à importância da mesma e de seu ensino para a formação da cidadania do aluno, ainda é possível perceber e verificar práticas cheias de contradições, atuando ainda em paradigmas tradicionais, desmotivando e dificultando a aprendizagem discente como trata as autoras Toledo e Spegiorin (2007, p.5)

Na visão tradicional de ensino de Geografia o professor exige do aluno apenas a reprodução do conteúdo prescrito. Por esse motivo, se caracteriza como um profissional “desempoderado” no que diz respeito às suas atribuições, pois não contribui efetivamente para que o conhecimento seja utilizado como instrumento de desenvolvimento e de exercício da cidadania para os alunos. De fato, apesar da crescente semelhança dos lugares, produzida pela lógica hegemônica do capital, há em cada lugar uma especificidade, uma peculiaridade, uma identidade, que só pode ser compreendida através de uma visão dialética do espaço geográfico a ser conhecida pelos alunos, através de uma ação pedagógica capaz de desvendar as contradições da atualidade, possibilitando sua emancipação e o real exercício da cidadania.

Essas amarras tradicionalistas precisam ser quebradas, a construção do conhecimento geográfico é o mote para o exercício pleno da cidadania, novos hábitos precisam emergir tanto no âmbito docente como discente para que com isso os conhecimentos se tornem uma práxis e sejam sistematizados para uma ação concreta de intervenção dentro do espaço.

4. A CIDADANIA, O ENSINO DE GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS GEOGRÁFICOS.

4.1 Geografizando o exercício da cidadania através de conceitos:

A Geografia Escolar voltada para a cidadania norteia-se pelo trabalho docente com os conceitos, espaço, região, paisagem, lugar e território e suas contextualizações, com os temas do ensino e experiências empíricas dos alunos com a cidade, ela deve fugir do âmbito abstrato e focar na possibilidade concreta de um exercício pleno da cidadania, trabalhar essas relações almejando um ensino significativo e atraente para os alunos cuja sua consolidação propicie os alicerces para construção de uma vida engendrada sob a luz da solidariedade deve-se partir da realidade próxima e das realidades sociais cotidiana, dos discentes. Quando se vivencia o fator cotidiano dos alunos devemos primeiro trabalhar dentro de uma escala a parti da premissa do lugar, que é este caracterizando com uma categoria geográfica onde seu conceito efetivo é:

Lugar é a porção do espaço apropriável para a vida, que é vivido, reconhecido e cria identidade. Ele possui densidade técnica, comunicacional, informacional e normativa. Guarda em si o movimento da vida, enquanto dimensão do tempo passado e presente. É nele que se dá a cidadania, o quadro das mediações se torna claro e a relação sujeito-objeto direta. É no lugar que ocorrem as relações de consenso e conflito, dominação e resistência. É a base da reprodução da vida, da tríade cidadão-identidade-lugar, da reflexão sobre o cotidiano, onde o banal e o familiar revelam as transformações do mundo e servem de referência para identifica-las e explica-las (GEOCIÊNCIAS, 2008).

Dentro desse mesmo aspecto de que o conhecimento e compreensão do lugar favorece uma prática efetiva das cidadanias, Santos (2007), aborda.

Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares. [...] Nisso, o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência naquele espaço exerce um papel revelador sobre o mundo. (SANTOS, p, 112-114)

A premissa de que para ser um cidadão e praticar a cidadania deve-se primeiro compreender o lugar é verdadeira, entretanto ao estudar o lugar o aluno tem que ser motivado a pensar nas relações que o lugar de tem com o global, para que assim ele possa agir localmente como reporta Castrogiovanni (2000. p, 132)

No entanto, como vimos, aprendendo a pensar o espaço, a partir do lugar podermos descobrir o mundo, tendo a possibilidade de construir com os alunos método de análise espacial que favoreça a construção da cidadania.

Os lugares se interligam com os demais espaços mundiais e para tanto uma análise espacial incluindo as lógicas locais, nacionais e mundiais se faz necessário, trançando estes paralelos à compreensão desta categoria pelos alunos se tornará simplificada e não eivadas de complexidades.

Já no âmbito da categoria paisagem, é possível um estudo abrangente dentro das análises de ocupações e moradias, estudando assim essa categoria será possível uma análise primária das desigualdades, pois é na paisagem a primeira experiência de uma criança com a disciplina geográfica, no seu cotidiano ela compreende de modo ainda bastante empírico as transformações que ocorrem em sua volta e as desigualdades que o modelo econômico trás, consigo. "A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza." Santos (2002, p. 103).

A paisagem revela traços marcantes da cultura em vários momentos. As relações que são estabelecidas no lugar são expostas na paisagem, sua análise e irá possibilitar uma compreensão da realidade do lugar no qual os alunos estão inseridos, facilitando assim a construção da cidadania ativa. A categoria território pode ser usada para uma percepção sobre a cidade, como retrata Cavalcanti (2010, p. 97).

O conceito de território é instrumentalizador quando se que pensar e compreender a cidade na sua relação com a cidadania. Território está associado aos processos de posse, de domínio de um lugar, de uma área. Por meio da dimensão territorial, o exercício da cidadania pode ser pensado como uma questão de direito à cidade, direito ao domínio coletivo do espaço da cidade.

Através dos estudos de relações de poder existente no território, será possível compreensão dos arranjos territoriais que se estabelecem na cidade, as fixações dos bens e serviços devem atender as necessidades territoriais da população, levando em conta a densidade demográfica e suas características sociais. Segundo Santos, (1987, p. 144) "Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem." De posse desses conhecimentos sobre o território e seus arranjos por parte dos alunos, a alienação tende a ser quebrada e assim os problemas serão sempre questionados para uma possível solução.

A região também é uma categoria bastante importante no que discerne o processo de cidadania, é nela que os processos econômicos são instalados, no presente período a região ganha um enfoque para organização espacial, essa necessidade de se organizar o espaço

através de algumas peculiaridades, características, arranjos de produção e culturais, assim Santos (1988. p, 17).

Merecem destaque especial as transformações ocorridas a partir de meados deste século, que representaram muito mais do que uma simples mudança. Assim mo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares. (...) Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno.

Com isso esse conceito também ganha importância na construção da cidadania, ao comprar determinadas regiões no Brasil o aluno, poderá entender a lógica de mercado que faz algumas regiões ser desprezadas e outras exaltadas, de posse dessa análise o mesmo poderá ampliar sua compreensão do mundo.

O Espaço se configura como o objeto de estudo da ciência geográfica e para tal merece toda atenção dos docentes, Castrogiovanni(2000) resalta com clareza que desde a mais tenra infância a criança tem no espaço o lócus de uma ação concreta e abstrata, nesse período ela passa a concretizar todos as suas ações sejam elas simbólicas ou práticas dentro do espaço, como avançar da idade a criança cria noções de localização e coordenação. Ao adentrar na escolaridade a criança deve ser estimulada a discutir sobre o seu espaço, ouvir o aluno sobre seus conhecimentos espaciais prévios deve ser o ponto chave, para que mais na frente ele possa compreender que é no espaço que a acontece todas as relações que envolve o homem. Neste aspecto Santos (1985. p, 1) afirma.

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instancia econômica e a instancia cultural ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém e está contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e por ele é contido. A economia está no espaço, assim o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social.

Esta afirmação deixa claro que o espaço é um fator da evolução social somando-se a natureza, para tanto a compreensão deste conceito é de fundamental importância para a construção da cidadania. Se faz necessário o aluno entender como se dá a fixação dos objetos no espaço e dos fluxos que deles partem, toda a compreensão dos arranjos espaciais é uma prerrogativa para o cidadão. Para tanto só existirá uma prática da cidadania se houver um entendimento do conceito espaço.

5. A CIDADANIA NA GEOGRAFIA ESCOLAR: um relato de experiência na turma do 9º ano da E.E.E.F.M Monte Carmelo – Campina Grande – PB

A discussão apresentada, terá sua efetivação neste item onde será exposto um projeto, onde foram abordados os conceitos geográficos para a construção da cidadania ativa. O projeto de nome Revitalizando Meu Bairro: uma prática cidadã que foi realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monte Carmelo localizada na divisa entre o bairro Pedregal e Bela Vista na cidade Campina Grande – Paraíba, com a turma do oitavo ano do turno tarde. O projeto tem como objetivo analisar as categorias geográficas partindo do local, ou seja, o bairro do Pedregal onde habita 95% do corpo discente, a partir destas análises os alunos identificaram os problemas que o bairro enfrenta e sugerindo soluções reais para os mesmos, exercendo assim o papel de cidadão.

5.1 Um breve histórico sobre o bairro do Pedregal Campina Grande – PB

O Pedregal é um bairro localizado na zona oeste da cidade de Campina Grande, na Paraíba, fazendo divisas com os bairros do Centenário, Bela Vista, Bodocongó e Universitário como bem mostra figura abaixo.

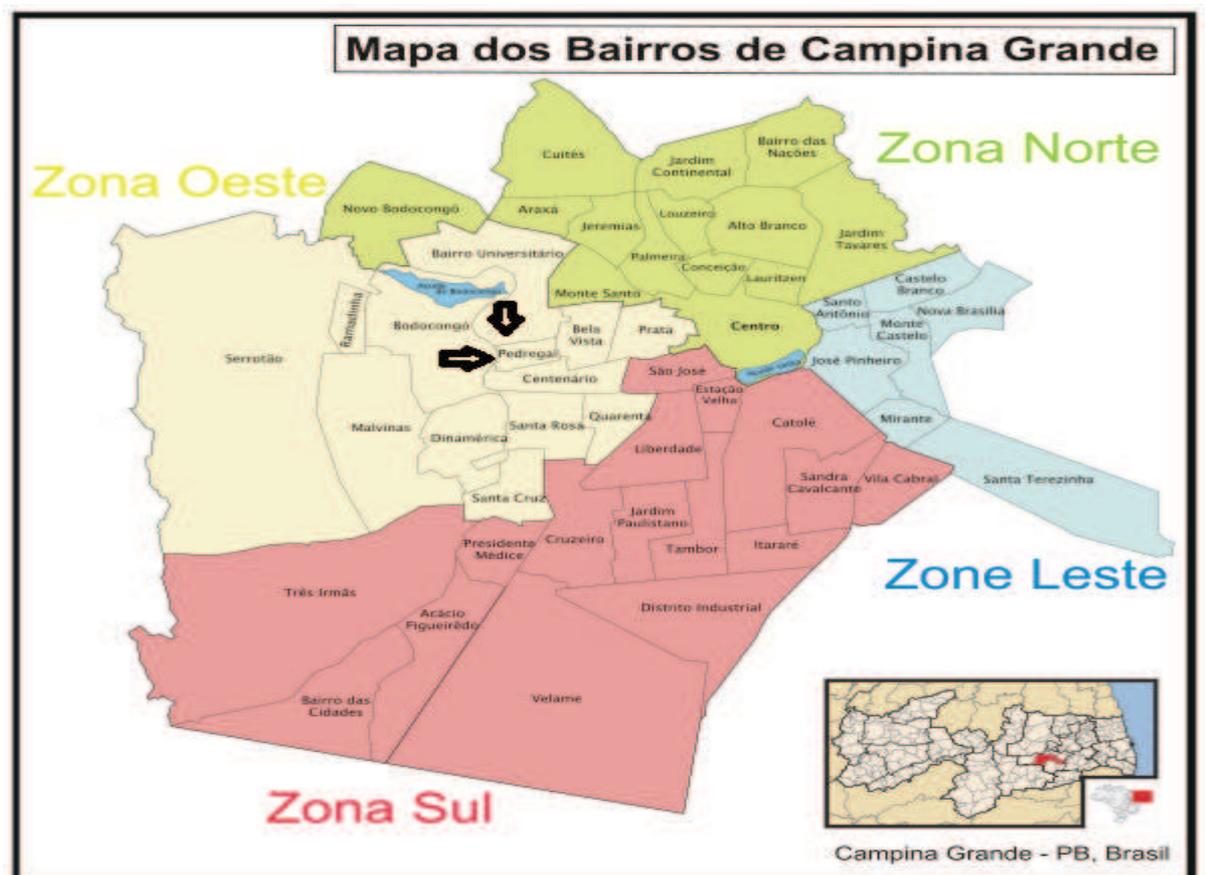


Figura 01 – Delimitação dos bairros de Campina Grande – PB, destacando o Bairro do Pedregal.

Fonte: http://sefin.pmcg.pb.gov.br/mapas_da_cidade.htm

Atualmente, o Pedregal é delimitado oficialmente como um bairro, porém a sua origem é uma ocupação irregular que teve início na década de 1980 e se deu ao longo do tempo e de forma individual, caracterizando-se como uma favela. As suas condições atuais em termos de infraestrutura e de edificações não se apresentam de forma homogênea nem planejada, havendo espaços onde foram instalados grande parte dos equipamentos urbanos e, outros, completamente desprovidos de qualquer um destes., tornando-se uma um grave problema social Assim, existem Pedregal I, II, III e IV. O Pedregal é caracterizado pela existência de micro empresas calçadista e mercadinhos que movimentam a economia do bairro.

5.2 Projeto Revitalizando Meu Bairro: uma prática cidadã.

Por se tratar de um bairro onde os indicadores sociais são os menores possíveis, esse projeto nasceu com o objetivo de ressaltar a prática da cidadania que não existia e ainda não existe. Assim o projeto iniciou-se na turma do nono ano c tarde, composta por trinta alunos de faixa etária, entre quatorze e dezesseis anos, perfazendo uma média da sala de quinze anos.

A primeira etapa do projeto aconteceu no âmbito de sala de aula no início do terceiro bimestre, onde ocorreu uma mesa redonda envolvendo todos os alunos sobre o tema cidadania. Foi utilizado o texto cidadão e cidadania, retirado do site do Governo do Pará sem autor, onde abordava os conceitos de cidadão e cidadania, antes da leitura coletiva o docente lançou a pergunta o que é ser cidadão? A resposta da ampla maioria foi que ser cidadão é cumprir com as obrigações eleitorais no momento de eleições, ou seja votar. Como bem foi ressaltado no trabalho está é máxima de ser cidadão no Brasil, a mente dos alunos já estava condicionada para esta afirmação, muitos não faziam a ideia de que cidadão é composto de direitos e deveres para ser incumbido de tal patente ambos deveriam ser respeitados.

A segunda etapa foi lançada a proposta de estudo do bairro pois é através deste que podemos conhecer a perspectiva do lugar, este carrega toda uma conotação cultural, apresenta a história e o modo de vida das pessoas que nele vive, a parti dessa premissas é que analisaremos o espaço vivido como bem reporta-se CASTROGIOVANNI (2010). Então foi sugerido o seguinte o seguinte roteiro para a análise do bairro.

1. Razões do nome.
2. Localização na cidade.
3. Formas de acesso ao bairro.
4. Características internas: Saneamento Básico, áreas de lazer, comércios, tipos de moradias.
5. Comparativo com as características de outros bairros vizinhos.

De posse da pesquisa, chegou o momento de analisar dados como mostra a figura abaixo:



Figura 2 – Alunos 9º Monte Carmelo debatendo sobre Cidadania.

Fonte: MAIA, Anderson Wagner Almeida.

Diante de tais pressupostos foi sugerido aos alunos um texto, o quarto capítulo do livro Espaço do Cidadão 1987 que tem como título Espaço sem Cidadão que retratava justamente a desigualdades que permeavam algumas áreas do país. Apesar de toda dificuldade na leitura conseguimos contextualizarmos com a realidade vivida por eles no bairro, e em cima de tal contextualização fizemos um estudo de campo do espaço sempre trabalhado a

perspectiva de espaço vivido, onde as categorias lugar, paisagem e território eram evidenciados.

Após dois meses de análise e comparação dos dados e estudo dos elementos do texto, os alunos conseguiram perceber diversos contrastes dentro do seu bairro. Exemplificando: as áreas do Pedregal que eram localizadas próximas ao centro universitário eram providas de equipamentos urbanos como escola, creche, postos de saúde, já outras áreas como a do centro do bairro, eram totalmente desprovidas destes equipamentos e os índices sociais eram alarmantes, violência, drogas, fome, pobreza extrema faziam parte dessas áreas.

Com isto foi proposto para os alunos, que os mesmos pensassem em possibilidades de melhorias para aquelas áreas tomando como base a discussão sobre nossos direitos como bem rerendava Santos (1987).

Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação de maneira geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periféricas, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem.

Esse desprovimento foi constatado e na ótica dos discentes foram propostos mudanças através de elaborações de maquetes, estas trazem uma idealização tridimensional das áreas problemáticas, este trabalho permite uma ação do sujeito sobre o objeto, na verdade ocorre uma interação, cabendo ao professor levantar situações para que o imaginário do aluno se torne uma possibilidade real, como concerne CASTROGIOVANNI (2010). O trabalho foi realizado e os alunos delimitaram uma área problema e buscaram soluções para as mesmas, com a confecção das maquetas como mostra a figura 3 conhecida como a rua do canal, onde a situação sócio-ambiental é calamitosa.



Figura 3 – Rua do Canal

Fonte: OLIVEIRA, Jessica.

Na ótica dos discentes foi proposta uma intervenção direta nesta rua, a figura 4 abaixo representa está efetiva mudança nesta rua na perspectiva dos alunos.



Figura 4 – Maqueta da nova rua do canal.

Fonte: OLIVEIRA, Jéssica

Outra área de bastante problema é área conhecida como lixão, onde a maioria dos habitantes jogam seus rejeitos, como mostra a figura



Figura 5 – Área que serve como depósito de lixo.

Fonte: BRITO. RAIFF

Assim foi pensado um revitalização da área, também sob a lógica do alunado, com áreas de lazer, ruas asfaltadas, posto de saúde como bem mostra a figura abaixo.



Figura 6 – Maqueta revitalização do lixão

Fonte: OLIVEIRA, Jéssica.



Figura 7 – Fonte Alunos 9º Anos Monte Carmelo

Esse despertar para uma consciência crítica voltada para solucionar os problemas inerentes ao lugar, devem sempre permear o seio da Geografia Escolar, fazer os alunos refletirem seus problemas através de discussões geográficas é, pois a consolidação de uma prática docente pautada e compromissada com uma Geografia crítica sempre contribuindo para uma cidadania ativa.

O tal projeto terá sua culminância na amostra pedagógica realizada no dia sete de dezembro do corrente ano, onde os alunos irão expor para a comunidade escolar, os resultado do projeto e toda discussão a cerca de uma construção de uma cidadania ativa, mobilizando assim a comunidade para uma mudança de comportamento passando a agir em torno do coletivo, evidenciando a solidariedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia escolar apesar de todo o tradicionalismo frequente com abordagens meramente descritiva e decorativa, ganha força no atual momento como disciplina que possibilita o aluno a ter uma real compreensão do mundo, emancipando-o para uma prática real da cidadania. Neste estudo que se encontra inacabado, pois se trata de uma discussão bastante instigante e desafiadora para a formação docente, e ainda cabe maiores análises crítica e reflexiva, foi possível perceber que o docente comprometido com esta disciplina, pode intervir de maneira efetiva do seu aluno. Agindo como mediador o professor poderá relacionar o conteúdo geográfico com a prática real da cidadania, esse temas terão que serem abordados sempre refletindo e criticando o sistema vigente.

O lugar onde o aluno vive nunca pode ser negligenciado dentro do ensino de Geografia, o docente que o desconsidera acaba por negar toda a lógica geográfica, tendo como consequência a castração mental do alunado, por não estabelecer correlações entre o espaço vivido e o mundo em geral. O projeto Revitalizando Meu Bairro: uma prática cidadã permitiu concluir que é possível mudar concepções através da disciplina geográfica e que o despertar do aluno para uma racionalidade crítica é o grande encantamento da Geografia escolar, torna-los cidadãos plenos conhecedores de seus direitos e deveres, sendo capaz de intervir e propor soluções, para os problemas de nossa sociedade se consiste no maior desafio para o a docente desta disciplina.

Dentre as conclusões que o trabalho conseguiu chegar destaca-se que o aprendizado da cidadania ativa para os brasileiros é sem sombra de duvidas a grande mola que irá possibilitar uma mudança concreta no seio da sociedade, entender quer as lógicas imposta pelo mercado não são dogmas é uma prerrogativa do cidadão. Certo de que este trabalho contribuiu de forma ainda que superficial para ressaltar a importância da Geografia na construção da cidadania, cabe os docentes trabalhar toda essa perspectiva geográfica no âmbito escolar, para que assim se possam qualificar os alunos para verdadeiros cidadãos.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. **A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de geografia.** In: **Revista Terra Livre**, nº 8. p. 83-90, 1991.

BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Senado Federal

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano.** Porto Alegre: Mediação, 2000.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A GEOGRAFIA ESCOLAR E A CIDADE:** ensaios sobre o ensino de geografia para a vida escolar cotidiana. Campinas, SP: Papirus, 2008.

_____. **Geografia escolar e a construção de conceitos no ensino.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização espacial.** 2ª ed. São Paulo: Princípios, 1987.

Kimura, Shoko. **Geografia no ensino básico:** questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. - Ministério da Educação

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T.. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Nuria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia.** 3ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

SANTOS, Milton. **As cidadanias multiladas.** IN: RUTH, Cardoso *et al.* **O preconceito.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1988.

SPEGIORIN, Mônica de Toledo e Silva. **POR UMA OUTRA GEOGRAFIA ESCOLAR: O Prescrito e o Realizado na atividade de ensino-aprendizagem de Geografia.** São Paulo, 2007, p. 218. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.